

Relatório do Orçamento não define valores

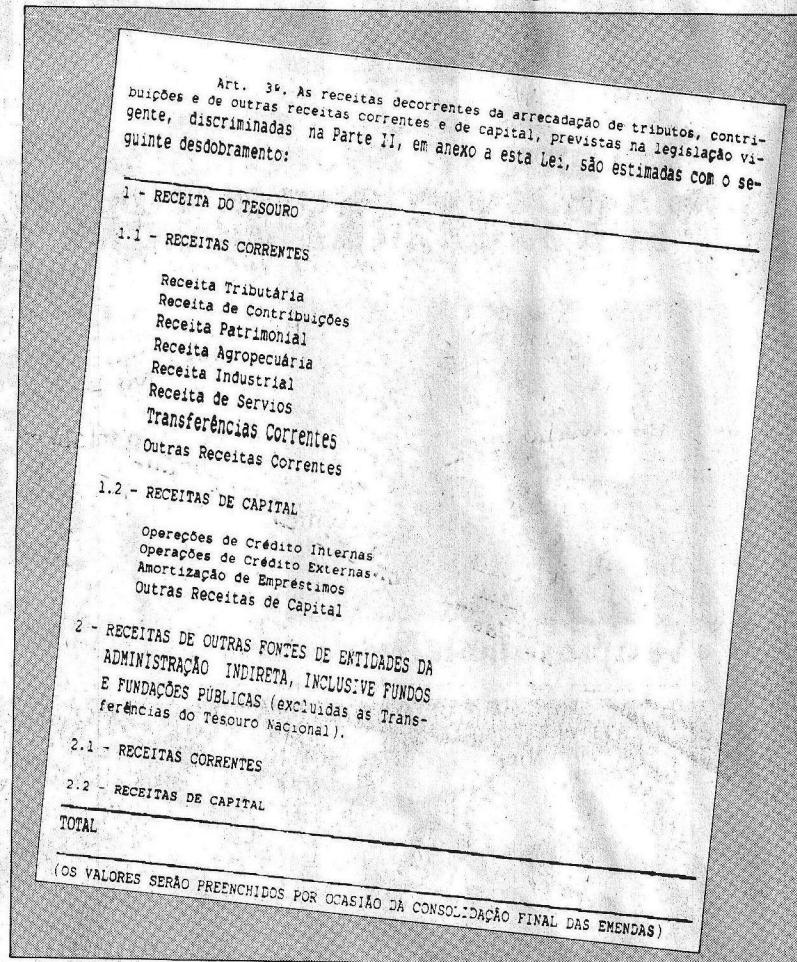
MAURÍCIO CORRÊA/AE*

Depois de aprovar às pressas, na semana passada, um parecer do Orçamento de 1991 que não fixa valor de nenhuma natureza, os congressistas entram hoje em mais uma semana de trabalhos, sob o risco de adiamento do recesso parlamentar que deveria começar amanhã. Os parlamentares não podem iniciar suas férias enquanto o plenário do Congresso — a Câmara e o Senado conjuntamente — não examinar o orçamento da União para 1991. Como dificilmente haverá o quórum exigido para votações, isto é, um mínimo 248 deputados e 38 senadores, os presidentes da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), e do Senado, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) serão obrigados a cumprir um desagradável ritual: prorrogar os trabalhos em autoconvocação até que se chegue a uma solução para a questão da votação do orçamento.

Ontem, o ritual começou a ser aplicado — e uma sessão do Congresso está marcada para hoje à tarde. A questão mais polêmica é justamente o Orçamento da União — uma peça que envolve recursos da ordem de Cr\$ 52,6 trilhões, mas que saiu aprovada da Comissão Mista, na madrugada de sexta-feira passada, sem a fixação de nenhum valor. “Os valores serão preenchidos por ocasião da consolidação das emendas”, afirmou ontem, o relator do projeto, deputado João Alves (PFL-BA), prevendo que a totalização dos valores será concluída em meados desta semana. “Passei mais de 400 horas para examinar 15.400 emendas”, ele se queixou.

Às cegas

Tanto João Alves como os próprios membros da Comissão Mista — 60 deputados e 22 senadores — aprovaram o Orça-



O substitutivo aprovado na Comissão não especifica valores e explica que eles serão preenchidos após a consolidação das emendas

mento com emendas sem saber quanto ele vai custar. Na peça, enviada pelo governo ao Congresso no final de setembro, foram penduradas destinações de verbas para obras em todo o País: pontes, estradas, escolas e ajudas para instituições benéficas, entre as milhares de emendas acolhidas. “Tudo foi discutido de forma democrática”, disse o relator João Alves, que se viu, por falta de tempo, na estranha circunstância de propor um Orçamento sem valores especificados, como um contador que assina um balanço da empresa ignorando se o resultado foi positivo ou negativo. Pelo sim, pelo não, o relator

mentares da oposição estão obstruindo os trabalhos, isto é, impedindo que o Orçamento e outras matérias de interesse do governo sejam aprovadas por acordo de lideranças.

Pauta repleta

Além do Orçamento, o Congresso tem diante de si matérias inadiáveis como o pacote fiscal baixado pelo governo na sexta-feira passada na forma de cinco Medidas Provisórias. Como tratam de cobrança de tributos para 1991, elas devem ser votadas antes de 31 de dezembro por exigência do princípio da anualidade. Isto é, a Constituição proíbe a cobrança de um novo tributo no mesmo exercício financeiro em que ele foi criado. Se o governo reeditar essas Medidas Provisórias que têm prazo de 30 dias, em janeiro próximo, o Congresso deve ser convocado extraordinariamente em cinco dias.

Além dessas matérias estão pendentes outras questões de interesse da sociedade:

- Regulamentação dos aluguéis residenciais e comerciais.
- Livre negociação das mensalidades escolares.
- Votos presidenciais ao Plano de Benefícios da Previdência Social.

O Congresso, em tese, teria ainda que regulamentar cerca de 200 dispositivos constitucionais da nova Carta, promulgada em 5 de outubro de 1988 e que ele próprio elaborou depois de examinar perto de 70 mil emendas na Assembléa Nacional Constituinte. Mas essa tarefa, bem como a revisão da Carta marcada para 1993 ficará a cargo do novo Congresso, eleito em 3 de outubro passado e que será instalado em 1º de fevereiro próximo.

* Colaboraram Rosa Costa e Helena Daltro/AE.